



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º24

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA TREZE DE NOVEMBRO DE DOIS
MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos treze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes** e **Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROJETO DE ARQUITETURA:** Presente o seguinte projeto de arquitetura, em nome de: -----

- **Santa Casa da Misericórdia de Mora**, para alteração e ampliação de estrutura residencial para Idosos sita na Horta do Lameirão em Mora, processo nº. 7/2019. Aprovado por unanimidade o projeto de arquitetura de harmonia com o parecer da Divisão de Obras e Urbanismo, devendo o requerente cumprir com o mesmo, bem como com previsto em todos os pareceres emitidos. -----

Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de 6 meses para entrega

dos projetos de especialidades, em conformidade com o nº. 4 do artigo 20º o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

----- **Ponto um - dois: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO "CONSTRUÇÃO DA NOVA ROTUNDA NA AVENIDA DO FLUVIÁRIO" -**

APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPO-

RÁRIA (CP 05-2018): Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo**

informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da Empreitada com a designação de "**Construção de nova rotunda na Avenida do Fluviário em Mora**" e a referência de "CP 05-2019", e ao abrigo do número 1 do artigo 362.º do CCP, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, a atualização do documento "**Plano de Sinalização Temporária.**" -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a atualização do referido documento, "**Plano de Sinalização Temporária**". -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: ESCOLA MUNICIPAL DE DANÇA - NORMAS DE FUNCIONAMENTO:**

Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que no seguimento da criação por parte desta autarquia da **Escola Municipal de Dança**, propõe-se a aprovação das normas de funcionamento conforme documento em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar as **Normas de Funcionamento** referentes à **Escola Municipal de Dança** desta Autarquia. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.048.570,42€, dois milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e setenta mil e quarenta e dois cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor de **51.240,52 €, cinquenta e um mil duzentos e quarenta euros e cinquenta e dois cêntimos.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **52.971,87€, cinquenta e dois mil novecentos e setenta e um euros e oitenta e sete cêntimos.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas.**----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **189.833,67€, cento e oitenta e nove mil oitocentos e trinta e três euros e sessenta e sete cêntimos.** -----

----- **Ponto três - quatro: 2ª. REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da **2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019-2022 (2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022 e 2ª Revisão ao Plano das Atividades mais Relevantes 2019-2022).** Mais se propõe que a mesma seja submeti-

da à **Assembleia Municipal** para aprovação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta da **2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019-2022 (2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022 e 2ª Revisão ao Plano das Atividades mais Relevantes 2019-2022)**, anexas à presente ata, e submeter as mesmas à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - cinco: 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2019:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da **2ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa do ano de 2019**. Mais se propõe que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta da **2ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa do ano de 2019**, anexa à presente ata, e submeter a mesma à aprovação da **Assembleia Municipal** nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - seis: ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:**

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que considerando a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público - privadas, está sujeita, no

que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados e nos quais a AM deliberou na generalidade a referida autorização dos respetivos valores e prazos definidos nos documentos previsionais que aprovou;-----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

Propõe-se por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a **Assembleia Municipal** delibere: -----

1 - Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes: -----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

2 . Em todas as sessões ordinárias da **Assembleia Municipal** deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar à **Assembleia Municipal** a presente proposta, nos termos da Lei vigente, para deliberação dos seguintes pontos: -----

1 - Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de

21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes: -----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

2 - Em todas as sessões ordinárias da **Assembleia Municipal** deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

----- **Ponto três - sete: PROPOSTA DE TAXAS DE IMI PARA 2020 (ARTIGO 112.º DO CIMI - CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS):** Pre-

sente informação do **Senhor Presidente** informando que, considerando que:----

1 - De acordo com o disposto na alínea a) do artigo 14º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e no artigo 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na actual redacção, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos Municípios onde os mesmos se localizem; -----

2 - O Código do IMI permite no seu art.º 112.º a definição, pelos Municípios e dentro de certos parâmetros, de algumas taxas que, por sua vez, admitem ser majoradas ou minoradas. Ainda que longe de permitir aos Municípios a definição de políticas urbanísticas consequentes, poderão dar indicações aos contribuintes proprietários da orientação municipal para o sector; -----

3 - Em 2020, pretende-se manter o valor em **0,30%**, sendo que este pode variar entre **0,30% e 0,45%** do valor patrimonial dos imóveis. É assim um contributo

direto às famílias do concelho, abrangendo todos os agregados familiares. -----

Propõe-se que a **Câmara Municipal** delibere no ano de 2019 e para o ano de 2020, as taxas do IMI conforme segue: -----

a) Nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código IMI, a **taxa de 0,3%**, que conjugado com a alínea c) do nº 1 do mesmo artigo (prédios urbanos nos termos do CIMI) na sua última redacção; -----

b) Ao abrigo do nº 6 do art.º 112º do Código do IMI, **minorar em 15% a taxa decorrente da alínea anterior** como forma de combate à desertificação, nas zonas urbanas das freguesias do concelho, que sejam objeto de reabilitação urbana ou combate à desertificação. -----

c) Ao abrigo do n.º 8 do art.º 112.º do Código do IMI, **majorar em 30% a taxa decorrente da alínea a)** referentes a prédios urbanos degradados que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança das pessoas e bens; -----

d) Ao abrigo do n.º 9, do art.º 112º do Código do IMI, **majorar até ao dobro da taxa aplicável os prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono**, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a vinte euros por cada prédio abrangido. Para efeitos do cumprimento dos nºs 15 e 16 do art.º 112.º, a Câmara Municipal disponibilizará a informação existente à data da comunicação prevista no nº 14 do mesmo artigo. -----

No cumprimento do disposto no nº 14 do art.º 112º do Código do IMI, estas taxas devem ser comunicadas por via electrónica, até 31 de dezembro à Direcção-Geral dos Impostos. -----

Propõe-se ainda submeter à **Assembleia Municipal** a presente proposta caso

mereça concordância, para deliberação, no cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade no ano de 2019 e para o **ano de 2020**, as taxas do **IMI** conforme segue: -----

a) Nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código IMI, a **taxa de 0,3%**, que conjugado com a alínea c) do nº 1 do mesmo artigo (prédios urbanos nos termos do CIMI) na sua última redação; -----

b) Ao abrigo do nº 6 do art.º 112º do Código do IMI, **minorar em 15% a taxa decorrente da alínea anterior** como forma de combate à desertificação, nas zonas urbanas das freguesias do concelho, que sejam objeto de reabilitação urbana ou combate à desertificação. -----

c) Ao abrigo do n.º 8 do art.º 112.º do Código do IMI, **majorar em 30% a taxa decorrente da alínea a)** referentes a prédios urbanos degradados que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança das pessoas e bens; -----

d) Ao abrigo do n.º 9, do art.º 112º do Código do IMI, **majorar até ao dobro da taxa aplicável os prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono**, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a vinte euros por cada prédio abrangido.-----

Para efeitos do cumprimento dos nºs 15 e 16 do art.º 112.º, a Câmara Municipal disponibilizará a informação existente à data da comunicação prevista no nº 14 do mesmo artigo. -----

No cumprimento do disposto no nº 14 do art.º 112º do Código do IMI, estas taxas devem ser comunicadas por via electrónica, até 31 de dezembro à Direc-

ção-Geral dos Impostos. -----

Mais deliberou por unanimidade submeter à **Assembleia Municipal** a presente proposta caso mereça concordância, para deliberação, no cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - oito: PROPOSTA DE DERRAMA SOBRE IRC PARA 2020 (ARTIGO 18.º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO - REFALEI):** Presente

informação do Senhor Presidente informando que, considerando:

1. Que a Lei nº 73/2013, no seu art.º 18º mantém como receita dos Municípios o produto de cobrança de derramas sobre o IRC cabendo a estes, lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento de pessoas colectivas, que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português, que exerçam a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território; -----

2. Que atento o supra referido a Câmara Municipal pode lançar anualmente uma derrama para financiamento de investimentos municipais com características socioeconómicas e que o valor a receber, independentemente da taxa a deliberar, está sujeito a variações anuais, conforme a tendência de IRC; -----

3. Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da **Câmara Municipal**, deliberar lançar uma taxa reduzida da derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse € 150.000,00; -----

4. Que no actual modelo de financiamento das autarquias locais e tendo presente a sua estrutura de angariação de receitas próprias, é imprescindível continuar

a dispor de meios financeiros que permitam à Câmara Municipal de Mora intervir e dar resposta às necessidades das populações e do concelho. -----

5. Que sendo evidente a limitação das finanças públicas e em particular dos Impostos Directos e Indirectos verificada nas finanças da Câmara Municipal, bem como a necessidade de continuar a assegurar os recursos financeiros imprescindíveis ao seu financiamento, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

a) Ao abrigo do nº 1 do art.º 18º da Lei nº 73/2013 de 03/09 lançar em 2020 uma derrama com a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o IRC; -----

b) Ao abrigo do nº 24 do art.º 18º da mesma Lei, propor à Assembleia Municipal reduzir para 0,5% de taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€;

c) Submeter aquelas taxas a deliberação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea d) do nº 1 do art.º 25º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

A **Câmara Municipal** por maioria com **quatro votos a favor** dos **Senhores Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Vereador Bruno Alexandre Croca Brites**, todos da **CDU** e um voto contra da **Senhora Vereadora do PS, Paula Cristina Calado Chuço**, o seguinte:-----

a) Ao abrigo do nº 1 do art.º 18º da Lei nº 73/2013 de 03/09 lançar em 2020 uma derrama com a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o IRC; -----

b) Ao abrigo do nº 24 do art.º 18º da mesma Lei, propor à **Assembleia Municipi-**

pal reduzir para 0,5% de taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€; -----

c) Submeter estas taxas a deliberação da **Assembleia Municipal** ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do art.º 25º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.-----

----- **Ponto três - nove: PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS PARA 2020 (ART. 26.º, DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO):** Presente

informação do Senhor Presidente informando que, considerando: -----

a) O IRS é o imposto único sobre os rendimentos dos agregados familiares, de taxa progressiva e que, apesar das distorções introduzidas quer pelo aumento da carga fiscal que tem sido imposta sobre os rendimentos do trabalho, quer pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos do capital, é suscetível de poder traduzir princípios de solidariedade e de carga fiscal; -----

b) Salvo casos absolutamente excecionais (como os das regiões autónomas), nada justifica que se introduzam no regime do imposto fatores aleatórios que prejudiquem ainda mais a sua natureza e a já debilitada justiça fiscal relativa que lhe é inerente; -----

c) Não faz sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município ou da vontade política dos seus órgãos; -----

d) Muito menos faz sentido que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução, ainda que "voluntária", da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito; -----

e) O "benefício" fiscal que resultaria do facto de os municípios abdicarem da

participação no IRS, no todo ou em parte é: socialmente injusto por reduzir a carga tanto mais quanto maiores forem os rendimentos; de montante insignificante para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos e nulo ou quase nulo para a generalidade da população; significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e, conseqüentemente, degradar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos;-----

f) A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro de 2013, através do artigo 26.º, estabelece uma participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior; -----

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1- Ao abrigo dos nº 1 e 2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, manter a participação do município no IRS, fixando em 5% a percentagem daquela participação; -----

2- Submeter aquela percentagem de participação variável no IRS para deliberação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por maioria com **quatro votos a favor** dos **Senhores Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Vereador Bruno Alexandre Croca Brites, todos da CDU e um voto contra da **Senhora Vereadora do PS, Paula Cristina Calado Chuço, o seguinte**:-----**

1- Ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, manter a participação do município no IRS, fixando em **5%** a percentagem daquela participação; -----

2- Submeter aquela percentagem de participação variável no IRS para deliberação da **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

Pelo **Senhor Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos** foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

*“Na sequência do voto contra da **senhora Vereadora do Partido Socialista**, tanto na **Derrama** como na **Percentagem Nacional do IRS**, o **Presidente da Câmara** referiu que tal posição só releva a demagogia que é possível utilizar por quem não tem responsabilidade na gestão municipal. Por proposta dos **eleitos da CDU**, os valores a pagar de **derrama** pelas empresas com lucros (pois só empresas com lucros substanciais pagam este imposto) foi desagravado. Só pagam IRS os cidadãos que usufruem de rendimentos mais elevados e por isso a Câmara Municipal não penaliza os que menos podem e menos têm.-----*

*O Governo, além de não transferir para as **Câmaras Municipais** as verbas que deveria, continua a aumentar os impostos de forma indiscriminada. Praticamente todas as **Câmaras**, inclusive as do **PS**, são obrigadas a lançar mão deste tipo de receitas para responder aos legítimos anseios da população. Mais uma vez a **Sra. Vereadora do PS** manifestou a sua irresponsabilidade política ao tomar as referidas posições. -----*

----- **Ponto três - dez: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - PROPOSTA PERCENTUAL A APLICAR EM 2020:** Presente informação do

Senhor Presidente informando que, considerando:-----

A alínea o) do art. 14º da Lei nº. 73/2013, de 03 de Setembro, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento a favor daqueles. -----

A Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Electrónicas -, na sua actual redacção, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 106º, "com base na aplicação de um percentual sobre o total da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município"; -----

O Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, na redacção conferida pelo Decreto-lei nº 92/2017, de 31 de julho, veio referir no nº 1 do artigo 12.º que "Pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduz na construção ou instalação de infraestruturas aptas, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, é devida a taxa municipal de direitos de passagem, nos termos do artigo 106.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei nº5/2004, de 10 de fevereiro, não sendo permitida a cobrança de quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações por aquela utilização e aproveitamento, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º". -----

De acordo com o disposto nas alíneas a) e b) do nº 3 do artigo 106º, da Lei das Comunicações Electrónicas supra referida, a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e servi-

ços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; este percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %. De acordo com a alínea o) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, na sua actual redacção (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), constituem receitas dos municípios, outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios. -----

A redacção conferida à Lei da das Comunicações Electrónicas, pela Lei 127/2015, de 3 de Setembro, inverteu a responsabilidade do pagamento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, imputando-a às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao Público em local fixo (e não aos consumidores finais); -----

Assim proponho que a **Câmara Municipal** delibere: -----

Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº. 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do nº. 1 do artigo 25º do mesmo Regime Jurídico e na alínea o) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, o **percentual de 0,25%** relativo à Taxa **Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2020.** -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade o seguinte: -----

Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº. 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do nº. 1 do artigo 25º do mesmo Regime Jurídico e na alínea o) do art.º 14º

da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, o **percentual de 0,25%** relativo à **Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2020**.-----

----- **Ponto três - onze: TABELA DE PREÇOS 2020:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de acordo com a legislação em vigor e para deliberação em reunião ordinária, anexa-se à presente informação a proposta de tabela de preços a aplicar no ano 2020 pelo Município de Mora. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a **tabela de preços a aplicar no ano 2020 pelo Município de Mora**. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** Presentes os seguintes **despachos** do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que aprovou** a 7ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2019. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Ajuste Direto para "Aquisição de Plataformas de Suporte aos Serviços Municipais", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que seja consultada a seguinte Empresa: -----

Medidata.net - NIF: 504990926. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 6.604,00€. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Fornecimento de material para os diversos serviços do Município de Mora", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

José Coelho Filipe - Sociedade Unipessoal, LDA. - Nif 514981580; -----

Cooperativa Agrícola de Mora - NIF 500335680; -----

Blocomor- Materiais de Construção, Lda. - NIF: 508644747. -----

Determinou também que os Membros do Júri sejam os seguintes: -----

Efetivos: -----

Presidente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; -----

Vogal: Luís Pedro Mendes Branco; -----

Vogal: José Manuel Ribeiro Pinto. -----

Suplentes: -----

Luísa Vacas de C. Martins de Sousa Lobo; -----

Vitor da Silva Mendes. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 2.855,00€ (dois milhões oitocentos e cinquenta e cinco euros). -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma Sociedade Construções Cabeçanense, Lda.-NIF: 506394433, a "Reabilitação das empenas do Fluvial de Mora", pelo valor de 37.997,30€, (trinta e sete mil novecentos e noventa e sete euros e trinta cêntimos), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma Electro Requetim - Distribuição de Material Eléctrico, SA, -NIF 505001764 a "Aquisição de equipamento de águas e saneamento", pelo valor de 6.925,50€, (seis mil novecentos e vinte cinco euros e cinquenta cêntimos), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determino aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Fornecimento de Gasolina", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 03 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Crisalbi, Combustíveis, Lda. - NIF 508795850; -----

Mercearia Alentejana- Supermercados Lda. - NIF 506681033; -----

BP Pavia Completa Simetria, Lda. - NIF.: 513504826.-----

Determinou também que os Membros do Júri sejam os seguintes:-----

Efetivos: -----

Presidente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; -----

Vogal: Luís Pedro Mendes Branco; -----

Vogal: José Manuel Ribeiro Pinto.-----

Suplentes: -----

Luísa Vacas de C. Martins de Sousa Lobo; -----

Vitor da Silva Mendes. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 1.700,00€ (mil e setecentos euros). -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, na sequência de requerimento apresentado por Manuel Marques Varandas, certificar com base no parecer Técnico, que para o prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº. 1356 da freguesia de Cabeção, situado na Rua Estreita, nº. 5, em Cabeção, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o nº. 222 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 32,00 m2, que à data da sua construção, anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, e por se situar fora do perímetro urbano e das Zonas rurais de proteção fixadas para sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação Municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU naquela data, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização. Mais determino, certificar que o referido imóvel se situa na Rua Estreita, nº. 5, em Cabeção, de harmonia com atestado emitido pela Junta de Freguesia de Cabeção. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **ratificar** o despacho dado pelo **Senhor Presidente**. -----

----- **Ponto cinco - dois: INSTALAÇÃO DE ÁREA DE SERVIÇO PARA**

CARAVANAS - MORA: Presente informação do Serviço Fundos Comunitários submetendo à aprovação o Projeto “Instalação de Área de Serviço para Caravanas - Mora”. Propõe ainda candidatar o presente Projeto ao Programa - Valo-

rizar - Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade de harmonia com as propostas do Serviço Fundos Comunitários aprovar o Projeto “Instalação de Área de Serviço para Caravanas - Mora” e candidatar o presente Projeto ao Programa - Valorizar - Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior. -----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte à seguinte associação:

- **Grupo Desportivo de Pavia/Atletismo**, para apoio nas deslocações previstas no seu calendário 2019-2020; -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** a cedência de transporte à **Instituição** acima referida. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

